

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Prezados Srs. Acionistas, Apresentamos a V. Sas. o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras da Sul América Investimentos D.T.V.M. S.A., relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2011, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas do Relatório de Investimentos Independentes. A Companhia apurou, neste semestre, lucro líquido de R\$4,8 milhões. O volume total de recursos sob administração da Companhia, segundo estatísticas divulgadas pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, aumentou 2,2% em relação a 30 de junho de 2010, alcançando R\$17,3 bilhões em 30 de junho de 2011. No primeiro semestre de 2011, o IPCA - Índice Nacional

de Preços ao Consumidor Amplo, acumulou alta de 3,87%, aumento de 0,78 pontos percentuais em relação a inflação verificada no primeiro semestre de 2010. Na reunião do Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil, realizada em junho, o Copom elevou a taxa Selic para 12,5% ao ano.

São Paulo, 24 de agosto de 2011

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010				
(Em milhares de reais, exceto onde mencionado)				
	Notas	2011	2010	2009
RECEITA DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		2.485	2.287	13.628
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		2.485	2.287	13.628
INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		2.485	2.287	8.804
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		7.815	5.195	31.379
Receitas de Prestação de Serviços	14	20.492	16.658	(13.805)
Despesas de Pessoal	15	(7.078)	(5.845)	(10.829)
Outras Despesas Administrativas	16	(4.331)	(5.845)	(3.011)
Despesas Tributárias	-	(1.600)	(1.322)	5.070
Outras Receitas Operacionais, Líquidas das Despesas	-	932	1.549	22.432
RESULTADO OPERACIONAL		10.300	7.482	22.432
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		10.300	7.482	(6.524)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	17	(3.585)	(1.555)	(407)
ATIVO FISCAL DIFERIDO	17	(515)	(1.295)	(4.796)
PARTICIPAÇÕES NO LUCRO	-	(1.421)	1.343	10.705
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		4.779	3.249	17.166.837
QUANTIDADE DE AÇÕES EM CIRCULAÇÃO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$ MIL		1.278.837	1.018.926	6.235.919

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010

(Em milhares de reais)			
	2011	2010	
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimento por serviços prestados na Gestão de Recursos	22.494	17.046	
Receitas e Despesas Operacionais	(1.539)	(561)	
Despesas Administrativas	(12.505)	(14.107)	
Impostos e Contribuições	(5.120)	(3.157)	
Títulos e Valores Mobiliários para Negociação	5.796	4.961	
Rendimento das Aplicações Financeiras	2.275	2.566	
Negociação	477	295	
Disponível para Venda	1.798	2.271	
Pagamentos de Serviços de Terceiros	(1.826)	(2.127)	
Outros Pagamentos / Recebimentos Operacionais	(2.252)	(1.506)	
CAIXA LÍQUIDO GERADO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	7.323	3.107	
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Títulos e Valores Mobiliários	(296)	7.907	
Depósitos e Resgates Judiciais	(123)	(853)	
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(419)	7.054	
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamento de Dividendos	(6.886)	(10.170)	
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(6.886)	(10.170)	
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	18	102	
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - Saldo Inicial	24	102	
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - Saldo Final	42	93	
AUMENTO/(DIMINUIÇÃO) DAS DISPONIBILIDADES	18	(9)	

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras

CONCILIAÇÃO ENTRE O LUCRO LÍQUIDO E CAIXA GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010

(Em milhares de reais)			
	2011	2010	
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	4.779	3.249	
MAIS			
Depreciações e Amortizações	262	60	
Outros	-	107	
MENOS			
Variações Monetárias de Depósitos Judiciais	(112)	(84)	
Outros	(2)	-	
ATIVIDADES OPERACIONAIS	5.674	5.247	
Variação dos Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	1.372	1.383	
Variação de Outros Créditos Diversos	(120)	(177)	
Variação de Outros Valores e Bens	(20)	1.171	
Variação de Outras Obrigações Fiscais e Estatutárias	(1.282)	(2.307)	
Variação de Outras Obrigações Fiscais e Previdenciárias	(1.509)	(1.121)	
Variação de Outras Obrigações Sociais	(1.509)	(3.320)	
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	7.323	3.107	

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010

(Em milhares de reais)			
	2011	2010	
DEPÓSITOS JUDICIAIS			
CSLL	1.684	-	
Imposto de Renda	1.424	-	1.724
Outros	585	-	329
TRABALHISTAS E CÍVEIS:			
Ações Trabalhistas	-	115	-
Ações Cíveis	-	13	-
Total	4.944	128	6.608
DEPÓSITOS DIVERSOS			
CSLL	4.944	-	6.608
Imposto de Renda	1.424	-	1.724
Outros	585	-	329
Total	6.953	115	8.661

Os saldos dos depósitos judiciais estão contemplados na linha "Outros Créditos Diversos" no ativo realizável a longo prazo. (11.1) AÇÕES JUDICIAIS DE NATUREZAS FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS: Em 30.06.2011 e de 2010, a Companhia possuía as seguintes quantidades de ações fiscais, segregadas segundo probabilidade de perda, valores estimados e provisionados:

	Quantidades	Valor em Risco	Provisão contábil
Obrigações Fiscais			
Provável	2	4.227	4.227
Possível	5	3.588	3.418
Remota	4	779	256
Total	11	8.594	7.901

Os saldos dos depósitos judiciais estão contemplados na linha "Outros Créditos Diversos" no ativo realizável a longo prazo. (11.2) AÇÕES JUDICIAIS DE NATUREZAS FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS: Em 30.06.2011 e de 2010, a Companhia possuía as seguintes quantidades de ações fiscais, segregadas segundo probabilidade de perda, valores estimados e provisionados:

	Quantidades	Valor em Risco	Provisão contábil
Obrigações Fiscais			
Provável	2	3.798	3.798
Possível	7	2.490	2.276
Remota	25	540	534
Total	34	6.828	6.608

(11.2) MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES PARA AÇÕES JUDICIAIS RELEVANTES: Em 30.06.2011, a movimentação das ações fiscais da Companhia está demonstrada a seguir:

	Saldo em 30.06.2010	Adições	Monetária	Baixas	Saldo em 30.06.2011
Fiscais:					
IRPJ	1.724	871	75	(46)	1.753
CSLL	1.732	871	128	-	2.731
COFINS	2.361	-	226	-	2.587
Damais	791	-	468	-	830
Total	6.608	871	468	(46)	7.901

(11.3) AÇÕES FISCAIS: IRPJ - A partir de 01.01.1997, a despesa de contribuição social tornou-se ineditável na base de cálculo do imposto de renda. Em decorrência da alteração mencionada, a Companhia impetrou mandado de segurança, obtendo liminar com depósito judicial, assegurando a dedutibilidade da contribuição na apuração do imposto de renda. O processo encontra-se em segunda instância, aguardando julgamento do recurso de apelação da Autora. Os advogados que patrocinam a causa, reputando como provável a perda da demanda. COFINS/PIS - A Companhia questiona judicialmente a legalidade da contribuição da COFINS e do PIS em moldes previstos na Lei nº 11.727/2008, a Companhia ficou sujeita a majoração de 6% da alíquota da contribuição social a partir de maio de 2008, passando a alíquota de 9% para 15%. Nesse sentido, a Companhia passou a questionar a constitucionalidade dessa majoração tendo impetrado mandado de segurança, provisionando e depositando judicialmente os valores questionados. Os advogados que patrocinam a causa reputam como provável a perda na demanda. As demandas judiciais referentes as ações fiscais anteriormente expostas vem sendo provisionadas de acordo com a expectativa de perda da Administração. (12) PATRIMÔNIO LÍQUIDO: (12.1) CAPITAL SOCIAL: O capital social da Companhia em 30.06.2011 é de R\$1.563,3 milhões, dividido em 17.166.837 ações ordinárias nominativas sem valor nominal e totalmente integralizadas. De acordo com a Lei 6.404/1976, são assegurados aos acionistas dividendos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustados em consonância com a legislação em vigor. (12.2) RESERVA DE LUCROS: A reserva de lucros da Companhia, em 30.06.2011 é de R\$2.498 (R\$2.059 em 2010), composta basicamente por reserva legal, que é calculada com base no lucro líquido apurado em cada balanço sendo destinados 5% para a constituição da reserva legal, até que alcance 20% do capital social. (13) RESULTADO DE OPERAÇÃO: O lucro líquido do exercício de 2010 é de R\$4.837 milhões. O Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários totaliza R\$2.485 em 30.06.2011 (R\$2.287 em 2010) e é composto basicamente por títulos de renda fixa - público e cotas de fundos de investimentos.

(14) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	30.06.2011	30.06.2010
Administração de Fundos de Investimento	13.664	12.956
Administração de Carteiras de Títulos e Valores Mobiliários	4.800	3.513
Taxas de Performance	1.949	549
Outros Serviços	79	79
Total	20.492	16.658

(15) DESPESA DE PESSOAL: As despesas com pessoal próprio totalizam R\$7.078 em 30.06.2011 (R\$5.845 em 2010), sendo R\$835 (R\$801 em 2010) relativos a remunerações e aos encargos de administradores. (16) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	30.06.2011	30.06.2010
Serviços de Custódia	(811)	(716)
Amortização de Depreciação	(282)	(282)
Repasse de Comissão	(1.083)	(1.073)
Processamento de Dados	(1.147)	(1.012)
Aluguéis	(404)	(461)
Serviço Técnico Especializado	(330)	(284)
Viagens	(182)	(209)
Outros	(712)	(581)
Total	(4.931)	(5.845)

(17) RECONCILIAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL: O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas oficiais, estão reconciliados para os valores registrados nas demonstrações do resultado, conforme demonstrado a seguir:

	30.06.2011	30.06.2010
Imposto de Renda	3.585	1.555
Contribuição Social	1.295	4.796
Total	(5.120)	(3.157)

(18) ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS DE INVESTIMENTO E CARTEIRAS ADMINISTRADAS: Os patrimônios líquidos em 30.06.2011 dos fundos de investimento e carteiras administrados, totalizam R\$21.584,425 (R\$19.354,959 em 2010), sendo R\$5.817,314 (R\$4.980,984 em 2010) provenientes da sua controladora de última instância S.A.S.A. e suas controladas e R\$15.767,110 (R\$14.373,975 em 2010), provenientes de outros fundos de investimento. Os fundos de investimento são classificados em externos e clientes *private*. (19) LIMITES OPERACIONAIS: O BACEN, por meio da Resolução nº 2.723, de 31.05.2000, regulou os critérios de apuração dos limites mínimos de patrimônio líquido compatíveis com o grau de risco da estrutura dos ativos (Acordo de Basileia) e limites máximos de diversificação de risco e de aplicação de recursos no ativo permanente (imobilizado) e por meio da Resolução nº 3.490, de 29.08.2007 e da Circular nº 3.383, de 30.04.2008 e alterações posteriores, regulou os critérios para a apuração do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) bem como os procedimentos para o cálculo da parcela referente ao Risco Operacional. A Companhia optou pela Abordagem do Indicador Básico e está enquadrada nos referidos limites das resoluções e circular supracitadas.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Presidente: Patrick Antonio Cláudio de Larragoiti Luiz; Vice-Presidente: Arthur John Kalita; Conselheiros: Carlos Jaime Murie Gaxiola; Thomaz Luiz Cabral de Menezes; Carlos Infante Santos de Castro; Timothy Scott Mackenzie; DIRETORIA: Presidente: Thomaz Luiz Cabral de Menezes; Vice-Presidente: Marcelo Pimentel de Mello; Diretores: Emil Andrey; Marcelo Sadi Castro, Mauro Reis d'Almeida - Contador - CRC - 1RJ 066.620/O-7/S-SP

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010				
(Em milhares de reais)				
	Notas	2011	2010	
CIRCULANTE		44.808	40.099	
DISPONIBILIDADES	-	42	93	
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	5	44.704	49.444	
Carteira Própria	-	39.201	36.279	
OUTROS CRÉDITOS	-	5.456	3.620	
Impostos e Contribuições a Compensar	6	3.728	2.654	
Outros	7	1.728	659	
OUTROS BENS E VALORES	-	109	107	
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	-	8.389	8.090	
OUTROS CRÉDITOS	-	8.389	8.090	
Diversos	7	8.389	8.090	
PERMANENTE	-	201	507	
Imobilizado	-	6	6	
Intangível	-	165	468	
Lucros Acumulados	-	30	33	
TOTAL DO ATIVO		53.398	48.696	

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010

(Em milhares de reais)						
	Capital Realizado	Incentivos Fiscais	Reservas de Lucros Legal	Ajuste ao valor de Mercado - TVM e Derivativos	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31.12.2009	31.563	79	1.818	1	-	33.461
Ajuste ao Valor de Mercado Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	(10)	-	(10)
Destinação:	-	-	-	-	3.249	3.249
- Constituição de Reservas	-	-	162	(9)	(162)	-
Saldos em 30.06.2010	31.563	79	1.980	(9)	3.087	33.820
Saldos em 31.12.2010	31.563	79	2.180	(127)	-	33.820
Ajuste ao Valor de Mercado Lucro Líquido do Semestre	-	-	-	4.779	-	4.779
Destinação:	-	-	-	-	(239)	(239)
- Constituição de Reservas	-	-	239	(129)	(4.540)	(4.540)
Saldos em 30.06.2011	31.563	79	2.419	(129)	4.540	38.472

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010

(Em milhares de reais, exceto onde mencionado)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL: A SUL AMÉRICA INVESTIMENTOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., denominada "Companhia", é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada indireta da Sul América S.A., denominada "SASA", foi constituída em 1989, com sede na capital do Estado de São Paulo, tendo como principais objetivos a administração de recursos de terceiros, administração de fundos de investimento, prestação de serviços de consultoria e assessoria financeira e serviços relacionados com o mercado de capitais. (2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base na legislação societária, nas normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e os pronunciamentos, orientações e pareceres emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis que já tinham sido anteriormente referenciados pelo BACEN e estão sendo apresentadas conforme nomenclatura e classificação padronizadas pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Dessa forma, as presentes demonstrações financeiras não foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As referidas demonstrações financeiras compreendem os balanços patrimoniais, as demonstrações de resultado, as demonstrações dos fluxos de caixa e as demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os semestres findos em 30.06.2011 e de 2010. (2.1) CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: O Conselho de Administração autoriza a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 24.08.2011. (3) PRÁTICAS ADOTADAS: As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. (3.1) RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS: As práticas contábeis mais relevantes adotadas são: (a) O resultado das operações é apurado pelo regime de competência; (b) Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses são classificados no ativo e no passivo de longo prazo, respectivamente; (c) Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são avaliados com base nos índices definidos legalmente ou em contratos de longo prazo, sendo utilizada como taxa de desconto a Taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC). (3.2) ATIVOS FINANCEIROS CIRCULANTES E REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO: Classificação e mensuração: Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) Títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) Adquiridos com o propósito de serem ativado e frequentemente negociados, sendo contabilizados pelo valor investido, acrescido dos rendimentos auferidos no período, ajustados ao valor justo e classificados no ativo circulante, independentemente de seu vencimento; (iii) Rendimentos e ajustes ao valor justo são reconhecidos no resultado; (iv) Títulos e valores mobiliários disponíveis para a venda: Os títulos e valores mobiliários que não se enquadram na categoria mensurados ao valor justo por meio do resultado ou mantidos até o vencimento são contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado e ajustados aos correspondentes valores justos. As valorizações e desvalorizações não realizadas são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos seus correspondentes efeitos tributários, e quando realizadas, são apropriadas no resultado do período em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido. (3.3) CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS: Os créditos tributários de imposto de renda e de contribuição social diferidos foram constituídos com base nas alíquotas vigentes na data base das demonstrações financeiras. (3.4) PASSIVOS FINANCEIROS CIRCULANTES E EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO: (3.4.1) IMPOSTO

Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

C.N.P.J. Nº 32.206.435/0001-83

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria da Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (SAMI) é um órgão colegiado constituído por três diretores da instituição, todos nomeados pelo Conselho de Administração, que funciona consoante as diretrizes estabelecidas em seu regimento interno, instituído nos termos do Inciso I, do artigo 15, do Regulamento Anexo à Resolução nº 3.198, do Conselho Monetário Nacional, de 27 de maio de 2004. As principais atribuições do Comitê são a avaliação da qualidade das demonstrações financeiras e observância das práticas contábeis estabelecidas na legislação aplicável, da efetividade dos sistemas de controles internos da instituição e a avaliação da efetividade das auditorias independente e interna. No exercício de suas atividades no 1º semestre de 2011, o Comitê reuniu-se com a administração da sociedade para avaliar a revisão preventiva nos processos vinculados à atividade de gestão de recursos próprios e de terceiros, que contemplou a análise de aspectos qualitativos e quantitativos associados aos principais processos sob gestão da SAMI. Tivemos a presença nesta reunião do sócio da PricewaterhouseCoopers - PWC, auditora dos fundos da SAMI, que realizou uma apresentação dos trabalhos realizados pela auditoria no período de julho de 2010 a dezembro de 2010. Nesta apresentação comentou-se sobre a metodologia de auditoria externa, detalhamento dos procedimentos e recomendações para aprimoramento dos controles internos. Importante ressaltar que não houve quaisquer deficiências significativas encontradas. Ficou acordado que a auditoria externa fará a apresentação dos seus trabalhos com uma periodicidade semestral. Sobre os pontos em andamento da auditoria interna de sistemas há três itens apresentados pelo comitê de auditoria interna, em que dois foram concluídos ou implementados controles operacionais mitigantes, a saber: segregação de funções para os perfis de Gestor e Operador II no desenvolvimento das funcionalidades do Sistema de Investimentos - YMF, revisões periódicas de acessos no referido sistema; e um item em andamento, mecanismo de proteção para minimizar a probabilidade de acessos não autorizados às bases

de dados de Investimentos. Iniciou em 16 de maio de 2011 um novo trabalho de auditoria preventiva: Escopo Operacional: - Fluxo Operacional da Mesa de Operações (mercados de renda fixa, renda variável e derivativos, e carteiras seguradora) - Processo de Compliance (Mandatos de Investimentos, restrição de operações não permitidas, limites operacionais, alçadas, etc.) - Aderência às normas internas e à legislação externa (Circulares, Cartas Circulares e Resoluções BACEN) relativas aos Controles Internos, Gerenciamento de Riscos, Lavagem de Dinheiro, Ouvidoria, Continuidade do Negócio, Demonstrações contábeis, Política e comitê de remuneração, etc. Escopo Sistêmico: Sistema Mitra Risco - Registros de Auditoria - Procedimentos para tratamento da informação - Sistema de gerenciamento de senha - Direito de Propriedade Intelectual - Controle contra códigos maliciosos - Registro de usuários. Com relação à avaliação da qualidade das demonstrações financeiras e notas explicativas relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2011, considerou, além dos valores expressos nos referidos relatórios, os processos adotados para sua elaboração. Com base nessa avaliação e nas demais informações obtidas no decorrer de seus trabalhos, o Comitê concluiu que as referidas demonstrações financeiras foram elaboradas com a utilização das práticas contábeis adotadas no Brasil e em consonância com as normas emanadas dos órgãos reguladores, refletindo adequadamente a situação patrimonial e financeira, o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido e os fluxos de caixa da SAMI., recomendando ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações contábeis auditadas relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2011. Dando por concluída a ordem do dia, os membros encerraram a reunião e lavraram a presente ata, a qual após lida e entendida, é assinada. São Paulo, 10 de agosto de 2011. Thomaz Luiz Cabral de Menezes. Marcelo Pimentel de Mello. Emil Andery.

RESUMO DO RELATÓRIO DE AUDITORIA

No 1º semestre de 2011, a Auditoria Interna realizou uma revisão preventiva nos processos vinculados à atividade de gestão de recursos próprios e de terceiros, que contemplou a análise de aspectos qualitativos e quantitativos associados aos principais processos sob gestão da Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. Atualmente, a referida estrutura encontra-se adequada aos negócios da instituição e aos dispositivos constantes da Resolução nº 3.464/2007 do Conselho Monetário Nacional. O gerenciamento de risco de mercado é feito pela Superintendência de Risco e Operações, através do cálculo do VaR Paramétrico (Fundos de Investimentos e Carteiras) e B-VaR (Fundos de Ações e Indexados de Inflação). Essa avaliação é aplicada em todos os fundos abertos, exclusivos e carteiras administradas. O cálculo do VaR é feito através do Sistema MITRA considerando-se um nível de confiança de 95%, sendo que a Volatilidade e a Matriz de Correlação são calculados pelo procedimento conhecido por EWMA (Volatilidade histórica com alisamento exponencial que significa atribuir maior peso às observações mais recentes, que permite aumentar a velocidade da reação a

choques) com $f\hat{E} = 0,94$. Como possuímos clientes cujos mandatos e regulamentos possuem critérios e metodologias específicos de cálculo de risco de mercado, utilizamos as regras adequadas para cada política de investimentos destes clientes. As vantagens em se utilizar o VaR como instrumento de gerenciamento de Risco de Mercado, dentre outras, são: a fácil assimilação conceitual, a fundamentação bastante simples (basta considerar as posições do fundo, as volatilidades dos ativos e as correlações entre eles) e o fato de poder interpretar, em um único número, o risco total da carteira de investimento sob análise. Adicionalmente, visando tornar o gerenciamento de Risco de Mercado abrangente e completo é utilizada, além do VaR, a metodologia de Stress Test, através de cenários independentes calculados pela BM&FBOvespa. Para o acompanhamento de enquadramento dos limites de exposição definidos pela legislação, regulamento, política de investimentos ou mandato do fundo e/ou carteiras de investimentos é utilizado o Sistema de Controle de Risco e Compliance (SRC) da empresa YMF (TOTVS). São Paulo, 11 de agosto de 2011. Emil Andery - Valquiria Farias

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e aos Administradores da Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. São Paulo - SP. Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Auditores Independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras,

independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 30 de junho de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 24 de agosto de 2011.



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP-014428/O-6

José Rubens Alonso
Contador - CRC 1SP104350/O-3